

ESPAÇO

Ruy Moreira

Universidade Federal Fluminense

Passa-se com o espaço algo estranho. Nos verbetes dos dicionários, é apresentado como extensão, distância, simplesmente. E, assim, um ente geral, abstrato, dado. Ali onde recebe maior tratamento, os dicionários de filosofia, somos informados não ser matéria de maiores atenções, comparado à atenção dada ao tempo.

Não há um conceito sistemático e assentado de espaço em Platão. Em Aristóteles, é visto como lugar. A referência é Demócrito, identificado ao contraponto do ser e do não ser, o cheio e o nada, o presente e o ausente. Demócrito está se referindo à estrutura da matéria, sua composição de átomos e vazios. Aristotélico, Hegel concebe-o como um *quantun*, quase na noção da distância de Parmênides, referência mais próxima de Platão, a partir da metáfora da lebre e da tartaruga do parmenídeo Zenão.

É com Descartes, no entanto, que o espaço-extensão-distância se consolida como conceito, trazendo a noção platônico-parmenídea para o fundamento do espaço-tempo da modernidade, na rejeição renascentista do paradigma aristotélico de ciência, dominante na Idade Média, pelo surgimento dos termos paradigmáticos de ciência moderna trazido pelas mãos de Bacon e Galileu Galilei.

Segundo Bacon, só é ciência e científico o conhecimento apoiado em três parâmetros: a experiência sensível, o emprego dos aparelhos de medição e a quantificação matemática precisa. A experiência sensível, uma relação externo-ambiental do corpo humano, é o pressuposto de todo conhecimento. Trata-se, todavia, de um campo de captação de natureza qualitativa do real, vazada em equívocos e incertezas, próprios da limitação de precisão da sensibilidade, que só o rigor da quantificação matemática pode corrigir e equacionar. Há que dar-se, então, o trânsito de passagem do qualitativo impreciso ao quantitativo preciso, do incerto e duvidoso ao positivo e indiscutível,

o campo da certeza que só os aparelhos de medição, corpos sensíveis, como o corpo humano, mas sem as limitações e imperfeições deste, podem rigorosamente realizar. Nasce, assim, o fundamento do conhecimento científico, afirmativo, demonstrativo e positivo, que a ciência aristotélica antiga não detém.

É a Galileu Galilei a quem cabe, todavia, concretizar a trilogia propositiva do *Novo Organon*, o contraposto discursivo que Bacon oferece ao *Organon* de Aristóteles, transformando-a, efetivamente, num novo paradigma, acrescentando aos três requisitos a repetição da experiência laboratorial, assim nascendo, combinando a experiência sensível, a metrificação, a quantificação e a repetição, a base do que será, a partir da Física galileiana, logo convertida no marco do nascimento da ciência moderna com a Física de Newton, o fundamento epistemológico de todo o sistema de ciências de nosso tempo.

Descartes acrescentará, entretanto, um quinto critério, necessário, segundo ele, à universalização dos outros critérios, sem a qual a ciência não passará de uma epistemologia regional: o espaço. Descartes tem sob os olhos atentos a experiência fundante desse nascimento, a repetitividade, feita ao ar livre, das investigações galileanas da queda dos corpos. Percebe que, por trás do modelo de simulação, já então um instrumento do método, o artifício de fixação e autonomização de um elo como variável independente, a distância, de que decorre estabelecer num só padrão de comportamento todos os outros elos, tornados dependentes, assim obtém a relação de constância – fundamento da lei científica – que Galileu Galilei normaliza e alça em teoria do real fenomênico. Tomada a distância da queda – a diferença métrica entre o teto da Torre de Pisa e o chão da queda – como a medida fixa que unifica e generaliza na coerência do conteúdo a totalidade das variáveis restantes – a velocidade, o ritmo, a aceleração, o peso,

o impacto da queda, a energia da força movente –, Galileu dela faz, diz Descartes, o fundamento da teoria física dos corpos, a verbalização fazendo o resto. Assim dando ao espaço, ao que tudo indica sem o perceber, a condição central sem de paradigma.

Se assim é, é porque é o espaço – a distância –, não o corpo, o ente portador da propriedade matemática. O ente-proprietário que fornece, seja ao corpo e seja ao movimento, o atributo padronizante que é só dele, propiciando ao quarteto cognoscente de Galileu-Bacon – a sensibilidade, a metrização, a quantificação e a repetição – o valor de universalidade que, este sim, é o fundamento real do conhecimento.

Não é como pensa seu contemporâneo Leibniz. Um aristotélico tão modernista quanto aquele. Leibniz vê o real como um combinado de matéria e movimento, a matéria em movimento, de que espaço e tempo são formas, o movimento que de potência pela incorporação da forma se entifica em ato no objeto. O espaço, como igualmente o tempo, é esse ato da forma objetificada. Assim, ao invés do corpo estar no espaço, o espaço está no corpo. É seu elemento orgânico. Condição ontológica de existência.

Contraditam, pois, o espaço-receptáculo, a extensão cujo lugar ocupa o corpo, de Descartes e Newton, e o espaço-corpo, o ente monadológico de Leibniz. O primeiro alçado a fundamento da cientificidade da ciência. O segundo, reduzido a um capítulo das páginas amarelecidas da história das teorias do pensamento.

Passa-se com o espaço, assim, numa evidência que melhor ilustra a crítica de Heidegger à redução platônica da filosofia a uma teoria do conhecimento, uma filosofia da ciência, que de Descartes a Kant converte-se numa ciência das ciências, sua conversão num suporte e fundamento paradigmático do próprio paradigma da ciência moderna. Um reducionismo geometrizante a que não escapa mesmo Hegel.

Daí advir como primado, exclusividade absoluta, diríamos mesmo, o paradigma de extensão-distância frente o ontologismo de Leibniz, consolidado por Newton como o continente-receptáculo que reduz o conceito a uma categoria que instrumentaliza a descrição, uma trama sem drama, no dizer crítico de Lacoste, ao tempo que uma impossibilidade analítica, o substrato onde tudo está, e nada é.

Condição paradigmática fundante do próprio paradigma de ciência que instrui como teoria e método – é a abstratividade que universaliza o quadrado galileano-baconiano à escala da totalidade dos fenômenos e do sistema de ciências – o espaço cartesiano entra em crise quando entra em crise o paradigma de ciência que sustenta, liberando-se do casulo da indeterminabilidade, do vazio e opacidade de conteúdo e de indiferentismo epistemológico – posto que reduzido a pura condição

de continente – a que foi lançado, abrindo na libertação para a emergência de alternativas ontológicas a partir de reolhares leibnizianos que, ávidos na recuperação do tempo proustiano, refazem criticamente o percurso.

Referências

Arantes, Paulo Eduardo. *Hegel e a ordem do tempo*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 2002.

Bolnow, Otto Friedrich. *O homem e o espaço*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

Lefebvre, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013.

Jammer, Max. *Conceitos de espaço. A história do espaço na física*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2010.

Moreira, Ruy. Espacidade. A fonte do problema da ontologia do espaço na geografia. In: *Geografia e Praxis. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.